

Extravagâncias oficiais

Está aparecendo mais uma conta extra das excentricidades cometidas pelo Brasil na condução dos negócios da dívida externa. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, calcula no montante de cinco bilhões e duzentos milhões de dólares os prejuízos causados pela moratória. E o total ainda é sem a estima de outros ônus, até agora na mistura com as chamadas retaliações norte-americanas à reserva de mercado para a informática.

O próprio ministro esclareceu ao Senado que a negociação da dívida não se esgota em uma ou duas etapas: «Ela é um processo recorrente, e por isso mesmo exige firmeza de posições, continuidade e credibilidade política e econômica, e acima de tudo determinação política para fazer frente aos desafios».

Pois foi num só Governo e nos últimos dois anos que se deduz não ter havido continuidade, nem credibilidade política e econômica. Como se o mesmo Governo se entregasse ao humor de cada ministro da

Fazenda — ministros indicados por uma só fonte, portanto avalista do que desse e viesse —, no curto período o sucessor, já sob escolha da Presidência da República, revela o preço rachado entre os extenuados contribuintes, em sua passiva postura de espectadores e pagantes.

Não se pode omitir sincera e honesta autocritica da matéria, a fim de se apreender em termos nacionais o quanto um devedor internacional se penaliza ao intentar quebra de regras e desafio a organismos convençionados — inclusive por ele — a instruir e até monitorar o cumprimento dos compromissos assumidos nas horas de aperto.

Sob miopia e passionalismo havidos na festa de abertura da Nova República, à sombra de bandeiras vermelhas ornamentadas com foice e martelo, excitou-se a briga com o FMI, mas que envolvia entre credores colaterais o Banco Mundial e o Clube de Paris. E claro que à massa ululante isso nada importava. Nem sabia quem eram e do que se tratava. Repercutia a linguagem de minorias acos-

tumadas a provocar aumento de barulho, o qual acabam acreditando ser arma de pressão.

Isento das dívidas da indicação partidária, o ministro Mailson da Nóbrega procura o diálogo econômico-financeiro pelo idioma realista no desprezo aos dialetos ou patuás ininteligíveis para chegar-se ao saldo, agora acrescido das custas sujeitas a investigação. E, isso, pelo rombo material e moral, porque se caracteriza num mesmo Governo — onde e quando se sucedem figuras do errado e do certo, segundo reconhecimento doméstico — e, também, devido ao diagnóstico do atual ministro da Fazenda acusando a falta voluntária no «processo recorrente» e que «exige firmeza de posições» na negociação da dívida externa.

Na contabilidade de qualquer empresa privada se computariam as despesas de centenas de viagens para se contrair os empréstimos e, depois, para amortizá-los. Mas isso já se lança no déficit público, que é outra complicada história.